

A crise estrutural do capital e seus desdobramentos sobre a educaçãoⁱ

The structural crisis of capital and its effects on education

Antonio José Albuquerque de Araújo Filho

Instituto Federal do Ceará (IFCE)

Fortaleza/CE-Brasil

Maria das Dores Mendes Segundo

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Fortaleza/CE-Brasil

Josefa Jackline Rabelo

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Fortaleza/CE-Brasil

Resumo

O artigo pretende analisar o processo da Crise Estrutural do Capital e seus desdobramentos no campo educacional, sendo manifestação de uma educação como mercadoria. Neste propósito, analisamos a condição de incontrollabilidade do capital, à luz das elaborações teóricas de István Mészáros (2009). Partindo do referencial teórico-metodológico de perspectiva crítica, efetuamos um resgate bibliográfico-documental sobre o ajuste na educação, e como expressão do agravamento de tal crise, temos a Educação a Distância (EaD) que serve aos interesses do capital, torna-se, por esta via, tanto uma estratégia para a formação da classe trabalhadora, como mercadoria a ser vendida para esta mesma classe. Em linhas gerais com o acirramento da Crise Estrutural do Capital e a recente crise humanitária decorrente da Pandemia da COVID-19, agudizou o processo de mercantilização da educação e precarização docente.

Palavras-chave: Crise Estrutural do Capital; Educação; Mercadoria.

Abstract

The article aims to analyze the process of the Structural Crisis of Capital and its consequences in the field of education, as a manifestation of education as a commodity. To this end, we analyze the condition of capital's uncontrollability in the light of the theoretical elaborations of István Mészáros (2009). Based on the theoretical-methodological framework of the critical perspective, we carried out a bibliographic-documentary review of the adjustment in education, and as an expression of the worsening of this crisis, we have Distance Education which serves the interests of capital, thus becoming both a strategy for training the working class and a commodity to be sold to this same class. In general terms, with the intensification of the Structural Crisis of Capital and the recent humanitarian crisis resulting from the COVID-19 pandemic, the process of commodification of education and teacher precariousness has worsened.

Keywords: Structural Crisis of Capital. Education. Commodity.

Introdução

De acordo com István Mészáros (2009), “vivemos uma crise histórica sem precedentes”. Mészáros (2002) defende, portanto, a tese de que o mundo capitalista contemporâneo está vivenciando uma crise estrutural, distinta das chamadas crises cíclicas analisadas por Marx (2013). Nessa lógica, após um período longo de expansão econômica, conhecido como “anos dourados” ou a “era do ouro”, o capitalismo atual se deparou com uma crise jamais vista, resultando em profundas consequências para o próprio sistema do capital. Deste modo, o capitalismo, a fim de sua reprodução ampliada, se utiliza de diversas e arriscadas estratégias, subordinando todas as dimensões da vida social à lógica da acumulação ampliada, o que coloca em risco não apenas a estabilidade do sistema, mas a própria existência da humanidade. É nesse contexto que se intensificam as contradições entre capital e trabalho, bem como os processos de mercantilização de esferas historicamente orientadas à satisfação de necessidades humanas, entre as quais se destaca a educação.

Dito de outro modo, a crise estrutural capitalista, definida por Mészáros, provoca sérias consequências nos demais complexos sociais, sobretudo na educação. A crise afeta o conjunto de relações sociais estabelecidas no interior de seu sistema e, dessa maneira, estabelece alternativas e/ou estratégias para a manutenção e a continuidade desse modo de controle sociometabólico, ao efetuar, portanto, uma série de reformas a favor dos interesses do grande capital. Isto posto, a educação passa a ser reconfigurada no plano do discurso, não mais como direito social, mas como variável econômica estratégica, ajustada às exigências de racionalidade, eficiência e competitividade impostas pelo mercado. Portanto, a educação, o complexo social responsável pela formação da classe trabalhadora, é forçada a adotar, determinantemente, a difícil missão de aliviar as amarguras da ordem do capital, cuja existência se encontra ameaçada pelas próprias contradições operacionalizadas entre as relações do capital e trabalho. Ademais, uma das características da crise estrutural refere-se a sua condição crescentemente incontrolável, manifestado na destruição ambiental, no aumento estrutural do desemprego e na ampliação da pobreza em escala global.

Com a intensificação da crise estrutural, intrínseco à própria dinâmica do sistema capitalista, busca, portanto, reverter a queda tendencial das taxas de lucros e, para tanto, passa a criar nichos de mercado crescentemente lucrativos. Como ilustração, podemos apontar dentro do complexo da educação, a modalidade de ensino Educação a Distância (EaD).

O valor de troca, e não o de uso, é o que interessa ao capitalista, já explicava Marx em sua obra ‘O Capital’. Mészáros (2002) aponta que a taxa de utilização decrescente justificada por critérios de “eficiência” e “racionalidade”, é o que garante a reprodução do capital em tempos de crise estrutural. Sob esse signo, a produção articula-se com o descarte exacerbado de lixo, de modo que as mercadorias elaboradas possuem uma vida útil mais reduzida. Essa lógica passa a incidir diretamente sobre a educação, que é progressivamente reconfigurada como mercadoria, submetida aos imperativos da rentabilidade e da competitividade, preparando o terreno para a expansão acelerada da EaD nas décadas seguintes.

Nesse processo de reprodução de mercadorias com uma obsolescência programada, o trabalho comparece como uma atividade mais precarizada, em que a exploração do trabalhador se intensifica assustadoramente. Na esteira de Mészáros, afirmamos que no sistema do capital, o trabalho explorado é voltado ao processo expansionista ilimitado do capital, direcionado para ampliação acumulada do capital, em detrimento das necessidades humanas.

Dentro desse sistema no qual a mercadoria é a célula, a educação se torna central para disseminar as ideias dominantes de que, por meio dela seria possível, por exemplo, instaurar o crescimento econômico, erradicar a pobreza e promover a paz no mundo, ratificado nas conferências internacionais de Educação para Todos. Em meio a essa atividade quase divinal, o capital faz a opção pela modalidade Educação a Distância, ideologicamente posta como meio para universalizar a educação, sobretudo para a classe trabalhadora que possui menos oportunidades de acesso. Todavia, a EaD se torna um nicho de mercado muito lucrativo, cumprindo o papel de armazenar e vender conteúdos educativos simplificados e aligeirados. Assim, partindo do onto-método, nos pressupostos de Lukács, que coloca o trabalho como protoforma do ser social, o artigo faz análise da crise estrutural do capital e seus desdobramentos no processo educacional.

A Crise Estrutural do Capital e sua incontrollabilidade no processo de produção e exploração

Presenciamos no curso do desenvolvimento capitalista que as últimas décadas do século XX foram as que expressaram extraordinário avanço tecnológico, nunca antes testemunhados na história da humanidade, encurtando os espaços físicos de tempo e espaço, tendo como setores mais visíveis os da indústria, da informática, da tecnologia, das comunicações, etc. Entretanto, conforme exposto anteriormente, vivemos no período da

crise mais profunda e irreversível do capital, agudizando problemas como o desemprego crônico e a destruição ímpar da natureza. Essas ações provocaram desdobramentos em todas as esferas da sociedade.

O capitalismo está demonstrando, no apogeu do seu desenvolvimento histórico, o seu caráter destrutivo que nos leva à barbárie, acentuando as contradições entre as grandes riquezas e a pobreza, além da violência. A produção de riquezas, inerente ao gênero humano, dá lugar à produção destrutiva e bélica, reduzindo a utilização das coisas. Com a lógica da produção e a destruição, atinge a força de trabalho e os recursos da natureza, tendendo à escala mínima de uso dos mais diversos produtos. Isso é resultante do momento histórico da sociedade que precisa reproduzir tanto e quanto for necessário ao capital.

Mészáros (2009) afirma que, a partir da década de 1970, o sistema capitalista vive o que o autor denomina de “Crise Estrutural do Capital”, tendo proporções antes jamais sentidas, que afeta todos os complexos sociais. Pontuamos aqui, algumas das características que diferenciam a crise estrutural da crise cíclica e, assim, demonstraremos o porquê de a atual crise se diferenciar das anteriores, ainda que elas sejam a “expressão concentrada das contradições inerentes ao MPCⁱⁱ” (Netto; Braz, 2009, p. 157).

É importante a distinção entre os tipos de crise, para, não confundí-las e ter maneiras equivocadas de enfrentamento. Com Paniago (2012) na esteira do Mészáros (2011), entendemos que o capitalismo está configurado por inúmeras crises cíclicas ou periódicas em sua história. Estas atingem os “limites relativos” do sistema, parecendo “grandes tempestades”, e adotando medidas “temporárias”. Elas são imanentes do sistema do capital, tendo um caráter restaurador, de forma que foi possível transpor as barreiras próximas e estender, “com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação” (Mészáros, 2011, p. 795).

Para Mészáros (2011), uma crise que não se caracteriza como estrutural, atinge algumas partes do complexo da sociedade, relacionadas aos limites imediatos e a existência da contínua sobrevivência da estrutura global. Podemos entender que as crises operacionadas pelo capital, produzem efeito de válvula de escape, pois estimulam as pressões necessárias para o realinhamento das forças e potencialidades vitais do capital.

A Crise de 1929 teve consequências mais catastróficas, mantendo-se severa durante anos, alcançando inclusive certo “número limitado de dimensões complexas e de mecanismos de autodefesa do capital” (Mészáros, 2011, p. 803).

Nas crises cíclicas, o capitalismo conseguiu sobrepor-se às dificuldades emanadas de cada conflito, de forma tornou a situação a seu favor, superando a taxa de lucro anterior. Contudo, a crise cíclica engendra outra crise, pois não consegue eliminar as contradições causadas por cada uma delas. Pelo contrário, agrava-as.

As crises, expressando a contraditoriedade inerente ao MPC, são elas mesmas contraditórias: de uma parte, trazem à luz as contradições do MPC; de outro, criam as condições para uma reanimação e um novo auge, isto é, para um novo ciclo. [...] Se 'é através das crises que se realiza a queda tendencial da taxa de lucro' elas 'ao mesmo tempo, constituem a reação do sistema [capitalista] contra essa queda' (Salama; Valier, 1975:121 *apud* Netto; Braz, 2009, p. 162).

Paniago (2008), acerca desse assunto, reitera que a lógica de funcionamento que opera o capitalismo o leva a infinitas crises. Devemos lembrar que as crises de produção são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo. A autora, outrora, afirma:

É um sistema que produz contradições insanáveis, crise após crise, recuperando-se por meio de novos períodos de crescimento e expansão, os quais apenas promovem o deslocamento das contradições e não sua resolução. Dessa forma, as medidas saneadoras das crises são protelatórias, resultando em novos períodos de crise – as chamadas crises cíclicas. O exemplo histórico mais conhecido é a crise de 1929-33, que resultou na alternativa fordista como forma de expansão da acumulação do capital, juntamente com a ajuda do Estado keynesiano (Paniago, 2008, p. 3).

Mészáros (2011) assegura que não poderá haver crise estrutural se as três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo e circulação/distribuição/realização – continuarem funcionando plenamente. Acrescenta ainda que “as disfunções de cada uma, consideradas separadamente, devem ser distinguidas da crise fundamental do todo, que consiste no *bloqueio sistemático* das partes constituintes vitais” (Mészáros, 2011, p. 798).

Reforçando a diferença existente entre as crises cíclicas e a Crise Estrutural do Capital, Mészáros (2009) apresenta outros elementos, para além das crises cíclicas, também de patamares incontroláveis, como a destruição da natureza.

O sistema do capital é essencialmente antagônico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa totalmente – e deve sempre usurpar – o poder de tomar decisões. Este antagonismo estrutural prevalece em todo lugar, do menor “microcosmo” constitutivo ao “macrocosmo” abarcando as relações e estruturas reprodutivas mais abrangentes. E precisamente porque o antagonismo é estrutural, o sistema do capital é – e deverá permanecer assim – irreformável e incontrolável. A falência histórica do reformismo social-democrata fornece um testemunho eloquente da irreformabilidade do sistema; e a crise estrutural profunda, com seus perigos para a sobrevivência da humanidade, destaca de maneira aguda sua incontrolabilidade (Mészáros, 1998, p. 11).

A crise estrutural do capital e seus desdobramentos sobre a educação

Para o filósofo húngaro, a referida crise afeta profundamente a totalidade dos complexos sociais que tenham ou não ligação direta com o estopim ou a causa do problema em sua aparência fenomênica. De outra maneira, a crise atinge todas as suas relações com suas partes constituintes, além de outros complexos aos quais está vinculada.

Segundo Mészáros (2011), as características que definem a crise estrutural do capital.

(1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo) financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade, etc; (2) seu alcance é verdadeiramente, global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente engajada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições - perder sua energia (Mészáros, 2011, p. 795-796).

Com o avançar do desenvolvimento do capitalismo, sua expansão mostra, no momento de maior contradição, a crise em sua dimensão estrutural, consequências visíveis da incontrolabilidade. Como bem fala Antunes (2009, p. 25-26):

Por ser um sistema que não tem limites para a sua expansão, o sistema de metabolismo social do capital configurou-se como um sistema, em última instância ontologicamente incontrolável. A incontrolabilidade é consequência de suas próprias fraturasⁱⁱⁱ, que estão presentes desde o início no seu sistema, sendo encontrada no interior dos microcosmos que constituem as células básicas do seu sistema societal.

O sistema sociometabólico do capital, em tempos de crise do capital, evidencia seu caráter de incontrolabilidade, demonstrando suas fraturas na relação capital versus trabalho. Tudo e todas as coisas devem se ajustar aos seus imperativos. O capital domina as funções de produção e de controle do processo de trabalho para garantir sua razão de ser “extração máxima do trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais” (Mészáros, 2011, p. 99).

Mészáros (2011, p. 100) chama a atenção ao fato de que,

Sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral.

No cenário de incontrollabilidade do capital, o que deveria ser unidade, gradativamente se fragmenta, aumentando o defeito estrutural das seguintes esferas: produção/controle, produção/consumo e produção/circulação. Na primeira, ficam isolados em seus aspectos; na segunda, adquirem independência gerando necessidades “artificiais” chegando ao “excesso de consumo” e destruindo o mais rápido possível o produto, numa demonstração de expansão desenfreada; na última, o sistema cria mecanismos administrativos para a circulação virar um “empreendimento global”.

Essa estrutura fundamental do sistema do capital que transparece inabalada, produção-consumo-circulação, tendeu a se expandir, indo sempre além de suas próprias leis e fetiches socialmente criados para defender tal proposta. Contudo, isso faz persistir os antagonismos do sistema, sendo a criação do valor de uso subjugada à sua lógica para suprir as necessidades humanas.

A lógica final desta disputa de conflitos até sua conclusão em níveis cada vez mais altos e com intensidade sempre crescente é a seguinte: “guerra sem limites, se falham os métodos ‘normais’ de sujeição e dominação”, como foi demonstrado com dolorosa clareza por duas guerras mundiais no século XX. Assim, a hipostasiada instituição da “paz perpetua” sobre a base material dos microcosmos internamente fragmentado do capital não passa de doce ilusão (Mészáros, 2011, p. 116).

Mészáros (2011) demonstra, acerca da incontrollabilidade, que o sistema do capital em seu modo singular de ser é “um sistema de controle sem sujeito”, de forma que suas diretrizes, seus anseios e seus objetivos prevaleçam contra as necessidades subjetivas das pessoas. O avanço do capital não ocorre de forma espontânea, mas mediado por dispositivos econômicos, técnicos, administrativos e ideológicos, que buscam administrar a crise e garantir a continuidade da acumulação. É nesse cenário que se ampliam as estratégias de gestão da força de trabalho, da produção de mercadorias simbólicas e do controle dos processos formativos, antecipando o papel que a educação e, posteriormente, a Educação a Distância assumirá no interior dessa lógica.

Desta forma, partilhando do pensamento de Marx (2013), destacamos que, na relação social que há entre o trabalho e o capital, a mercadoria, resultado da produção do trabalho, carrega em si o valor de uso e o valor de troca. No capitalismo, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso. Conforme Mendes Segundo (2005, p. 37):

Como valor de uso, a mercadoria possui as duas características do conteúdo material da riqueza, presente em qualquer forma social, que são a qualidade e a quantidade,

A crise estrutural do capital e seus desdobramentos sobre a educação

definidas de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas. Como valor de troca, serão mensuradas através de uma relação quantitativa entre valores de uso diferentes. Esta relação de intercâmbio é uma relação social, construída por uma sociedade onde as mercadorias são feitas para a finalidade de troca. Nessa relação quantitativa dos valores de uso, as mercadorias mostram a mesma grandeza, sendo avaliada pelo tempo de trabalho necessário para serem produzidas. Na relação qualitativa, as mercadorias de diferentes utilidades são reduzidas a uma mesma unidade de igual substância, que é o trabalho humano abstrato.

Diante disso, quando o tempo socialmente necessário para produzir a mercadoria for menor em uma indústria em relação à outra, a mercadoria que será vendida, certamente, terá um preço menor. Logo, quando o capitalista diminui o preço da mercadoria, ou seja, a quantia paga pela mercadoria que tem o valor de troca, fará, no processo de concorrência entre os capitalistas, diminuir agudamente o preço da mercadoria. É justamente essa condição que explica a expansão de formas produtivas marcadas pela descartabilidade, pela obsolescência programada e pela redução do tempo de uso das mercadorias, elementos que se estendem, progressivamente, para além do setor industrial, alcançando os serviços e, de modo particular, a educação.

Antunes (2009) contribui para essa discussão, afirmando que a lógica destrutiva do capitalismo acentua a queda da taxa de lucro, pois, ao subtrair ao máximo do limite o tempo útil da mercadoria, assevera o ciclo reprodutivo, atingindo o crescimento após cada crise. Diante da necessidade do capitalismo em recuperar o aumento da taxa de lucro, ele irá subjugar a humanidade em benefício próprio, de maneira que não será possível controlar os malefícios causados.

Diante do exposto, temos como resultado da crise estrutural do capital o aumento da pobreza, do desemprego em dimensão estrutural, da precarização de modo ampliado e da destruição da natureza em escala globalizada. São estes alguns dos traços constitutivos dessa fase de reestruturação.

Com a crise, ficam em evidência as contradições do sistema. Segundo Mészáros (2009), o capitalismo não pode separar o “avanço” de destruição, nem o “progresso” de desperdício. Todas as aspirações humanas precisam ser colocadas para os objetivos da expansão do capital. O autor trata ainda sobre a crise estrutural do capital, elencando, assim, cinco pontos que agudizam a contradição e o problema mais explosivo no que concerne à relação de dominação que o capital tem sobre o controle social. São eles:

1 – A progressiva vulnerabilidade da organização industrial contemporânea quando comparada à organização do século XIX; 2 – A inter- relação econômica dos vários

ramos da indústria, como um sistema estreitamente ajustado de partes interdependentes, com o imperativo crescente de assegurar a *continuidade da produção* no sistema como um todo; 3 – O montante crescente de “tempo socialmente supérfluo”, habitualmente denominado “lazer”, torna cada vez mais absurdo, e mesmo impossível na prática, manter um amplo segmento da população em estado de apática ignorância, divorciado de suas próprias capacidades intelectuais; 4 – O trabalhador como consumidor ocupa uma posição de crescente importância para a manutenção do curso tranquilo da produção capitalista. Todavia, permanece completamente excluído do controle tanto da produção quanto da distribuição – como se nada houvesse ocorrido na esfera da economia durante o último ou os dois últimos séculos. Trata-se de uma contradição que introduz complicações adicionais no sistema produtivo vigente, baseado numa divisão socialmente estratificada do trabalho; 5 – O efetivo estabelecimento do capitalismo como um sistema mundial economicamente articulado contribui para a erosão e a desintegração das estruturas tradicionais parciais de estratificação e controle social e político historicamente formadas (Mészáros, 2009, p. 54-55).

Antunes (2009) reforça a ideia de que, em decorrência da crise e da incontornabilidade do capitalismo, dentre outros imperativos que fortalecem o capital para o aprofundamento da crise, o resultado, como dissemos, não seria diferente: destruição da natureza, ação destrutiva contra a força humana de trabalho, precarização do trabalho e intensidade dos níveis de desemprego. Tal incontornabilidade manifesta-se não apenas na esfera econômica, mas também na reorganização do trabalho, na intensificação da precarização e na reconfiguração das formas de controle social, aspectos que se aprofundam em contextos de crise e que incidirão também diretamente sobre o trabalho docente e sobre os processos educativos.

Em decorrência da crise, natureza inerente do capital, os trabalhadores são severamente afetados, pois o problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores sem qualificação, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam e agregam o estoque de desempregados.

Nesse sentido, conforme Mendes Segundo (2005), durante um período de crescimento econômico vertiginoso, o mundo capitalista passa a enfrentar, a partir de 1971, crescente desaceleração da economia devido, em princípio, à elevação do preço do petróleo no mercado internacional.

Com a diminuição das taxas de lucro^{iv} dos países centrais ou capitalistas desenvolvidos, entre 1968 e 1973, houve também a diminuição do crescimento dos países capitalistas centrais, pois o poder do capital, em suas várias formas de manifestação, embora longe de ter se esgotado, não mais consegue se expandir. Desse modo, para restabelecer o crescimento e a expansão, o capital precisa criar novos meios para sair da crise.

A crise estrutural do capital e seus desdobramentos sobre a educação

O neoliberalismo é o “novo” modelo de desenvolvimento econômico e social do capitalismo, para enfrentar a crise, tentando voltar a aumentar a taxa de lucro, a expansão e a reprodução do capital. Segundo Antunes (2009, p. 33), “como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo”.

Mediante a crise que enfrenta o capitalismo, o neoliberalismo é uma reação da classe dominante como meio de se expandir. Seu desenvolvimento se dá sobre um terreno de ideias férteis, sob o aparato da ideologia burguesa.

De acordo com Bertoldo (2007), o sistema encontra alternativas para sair da crise. A autora elenca três fatores que fortaleceram isso: 1) o processo de financeirização do capital, fazendo a conversão do capital especulativo em bolsas de valores, comprando e vendendo os títulos das dívidas públicas, de moedas e de todos os tipos de ações; 2) a reestruturação do processo de trabalho nas formas de contrato de trabalho, que nada mais foi do que a diminuição dos custos de trabalho, promovendo a intensificação do trabalho e um processo contínuo de ataque aos direitos trabalhistas, além do aumento vertiginoso do trabalho informal/terceirizado e feminino; 3) tornar o público em privado.

De acordo com Mendes Segundo (2005), o Estado, com seu caráter de classe, é envolvido fortemente para implementar, programar e regular as políticas neoliberais, servindo assim aos interesses do capital em crise, proporcionando medidas econômicas e, conseqüentemente, lucro e acumulação de capital. Ademais, podemos elencar inúmeras características desse modelo, a saber: retirada do Estado dos setores básicos ou sociais; privatização das empresas do Estado; transformações na relação capital/trabalho; expansão do setor de serviço privado.

Mediante a crise que assola o mundo capitalista, a crise estrutural do capital é a que vem acarretando profundos transtornos ao sistema capitalista, sendo a educação fortemente atingida pelos ideólogos internacionais do capitalismo, que modifica a função social da educação, transformando-a em uma variável econômica com o objetivo de amenizar as perdas decorridas e manipular ideologicamente a consciência da classe trabalhadora.

A questão educacional na relação com a produção capitalista

Mészáros (2011) ressalta que o sistema capitalista, em sua tendência geral, é inimigo da “durabilidade” e, em seu percurso histórico, deve conter, de qualquer forma, as práticas produtivas que vislumbram a durabilidade “inclusive solapando, deliberando a qualidade”

(Mészáros, 2011, p. 636). Esse movimento atinge de modo particular a educação, uma vez que o conhecimento sistematizado, historicamente produzido pela humanidade, possui uma temporalidade distinta daquela exigida pela lógica mercantil.

Mészáros (2011), ao tratar da taxa de utilização decrescente e o significado de “tempo disponível”, fala de períodos históricos anteriores ao capitalismo, nos quais não se tinha intensificado a divisão social do trabalho, pois nela se esbarrava o limite do pouco desenvolvimento das forças produtivas, o que resulta na produção enquanto característica de resistência. Nessas condições, a mercadoria produzida podia ser adquirida por poucas pessoas e, por conseguinte, a taxa de utilização era elevada. Esse padrão passa a orientar não apenas a produção material, mas também a produção simbólica, cultural e educacional.

A produção era subordinada ao consumo, sendo este feito por poucas pessoas. Com a divisão social do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas, houve uma inversão das relações, ou seja, aumentou a quantidade de pessoas que podem consumir ao mesmo tempo em que a taxa de utilização decresceu.

Mészáros (2002, p. 660) advoga que essa inovação foi baseada:

Na percepção prática de que qualquer mercadoria, num extremo da escala, pode estar constantemente em uso ou, no outro extremo das possíveis taxas de utilização, absolutamente nunca ser usada, sem perder com isso sua utilidade no que se refere às exigências expansionistas do modo de produção capitalista.

A utilização decrescente está relacionada à economia lucrativa do capital, que, em suas operações determinantes, continuará a vislumbrar o lucro. Mészáros (2002) ainda fala que as práticas perdulárias do capitalismo são justificáveis desde que atenda a determinados critérios, a saber, “eficiência”, “racionalidade”, e “economia”, isso em detrimento do lucro comprovado da mercadoria. No campo educacional, tais critérios passam a fundamentar reformas que priorizam a redução de custos, a padronização de conteúdos e a flexibilização do trabalho docente, em detrimento da formação ampla, crítica e integral.

Dentro da expansão capitalista, em processo de desenvolvimento da tecnologia, o sistema conseguiu diminuir o tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias. Contudo, o que se pode observar é que no mesmo instante em que se diminui o tempo de produção, também cai a quantidade de trabalho vivo, fazendo com que o desemprego se torne crônico. Na educação, esse movimento se traduz na incorporação crescente de tecnologias digitais e plataformas educacionais, que prometem eficiência e ampliação do

acesso, mas operam, na prática, como mecanismos de racionalização do trabalho pedagógico e de ampliação da mercantilização do ensino.

Mészáros (2002) diz que a ciência está voltada para atender à demanda dos capitalistas, criando meios que possam ampliar a produtividade, aperfeiçoando o maquinário e, no mesmo passo, aprofundando a eficiência na diminuição da relação do custo e economizando o trabalho. Pode-se perceber, com isso, a redução do tempo de vida do produto e sua ineficiência. Esse direcionamento também atravessa, por exemplo, no campo educacional, a produção de materiais didáticos, conteúdos educacionais e ambientes virtuais de aprendizagem, cujo desenho passa a atender mais às exigências do mercado do que às necessidades formativas dos sujeitos.

A estrutura de diminuição do tempo útil dos bens, com o incremento da tecnologia que desenvolve gradativamente o maquinário, sobretudo em seu processo de amortização, resulta da exploração do trabalho vivo, denomina-se “obsolescência planejada”, pois, quando a mercadoria se torna obsoleta ainda possui vida útil em perfeito funcionamento. Tal fator está diretamente ligado às necessidades do capital para sua expansão descontrolada, sem levar em conta os anseios das necessidades humanas.

Para que o capital possa se desenvolver, ele busca a “linha de menor resistência”, isto é, ao produzir em escala global e no menor tempo possível, procura meios que fortaleçam a ampliação do consumo. Uma das contradições da queda tendencial da taxa de lucro reside no fato de que, ao mesmo tempo em que pode intensificar a produção e os ganhos do capital, uma parcela significativa da população é deixada à margem do consumo. Nesse contexto, a Educação a Distância insere-se nesse movimento como forma privilegiada de expansão educacional sob a lógica mercantil.

Segundo Mészáros (2011), o que os capitalistas almejam é reduzir ao máximo de tempo possível a produção e o consumo de mercadorias, aproximando-se da “taxa zero de uso”. Para este autor,

Não importa quão absurda possa ser tal suposição em suas implicações finais, as práticas produtivas a ela associadas proporcionam uma base operacional poderosa para os desdobramentos capitalistas em circunstâncias nas quais o curso alternativo de ação, divisado por Marx, só poderia intensificar as contradições do capital. Sendo assim, o objetivo e o princípio orientador da produção se tornam: como assegurar a máxima expansão possível (e a correspondente lucratividade) na base de uma taxa de utilização mínima, que mantenha a continuidade da reprodução ampliada (Mészáros, 2011, p. 684).

O capitalismo, em seu processo de expansão, produz mercadorias que sejam úteis, mesmo que, minimamente, o objetivo principal seja o processo de troca, atualmente alinhado a pouco tempo de uso. Mészáros (2002) aponta ainda que, sob a crise estrutural do capital, é de característica desse sistema criar novos nichos de mercado, principalmente, a partir da década de 1970. Nesse processo, a educação foi transformada em mercadoria altamente rentável.

Assim, a educação passa a ter lugar central como estratégia do capital em crise, ou seja, foi transformada em um instrumento na tentativa de amenizar os efeitos da crise. Sob a gerência do Banco Mundial, a educação, por meio de reformas educacionais, foi adequada ao paradigma do conhecimento, consolidada nas conferências mundiais de Educação para Todos.

A educação formal fica no centro do debate, pois, com a crise estrutural, passou a ser fortemente atingida em todos os seus aspectos, quer sejam ideológico, político, curricular, filosófico, estrutural, dentre outros, pela lógica do mercado, adequando-se às novas exigências do capital em crise e, ademais, perpassada pelo processo de diminuição do tempo de vida útil da mercadoria.

Para tanto, Mészáros (2006) elucida que a educação está em colapso, pois a crise estrutural tem seus desdobramentos em todas as esferas sociais. Desta maneira, como a educação está ligada a outros complexos sociais, ou seja, integrada na totalidade dos processos sociais, ela também sucumbe.

Mészáros (2006) ressalta, ainda, que a educação formal, no seu processo integrado na totalidade, não poderia funcionar “tranquilamente” caso não estivesse em sintonia com a estrutura educacional geral, “isto é, com o sistema específico de ‘interiorização’ efetiva – da sociedade em questão” (Mészáros, 2006, p. 275).

Os problemas pelos quais passa a educação estão na sua própria razão de ser. As instituições formais de educação servem à realização do processo de produção alienada de homens, essa é a questão central. Em uma sociedade capitalista, Mészáros (2006, p. 275) revela que a educação tem duas funções, a saber, “(1) a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e (2) a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle”.

As medidas aceitas pelo capital para solucionar a crise na educação são superficiais. Assim, as propostas já se encontram, ou tendem a se encontrar, dentro dos limites do capital

A crise estrutural do capital e seus desdobramentos sobre a educação

em crise, que, dessa maneira, representa apenas os anseios da classe burguesa, que detêm os interesses econômicos, políticos e ideológicos. Com isso, recorrem-se à justificativa do “interesse nacional” para aprovar e disseminar, de forma “quase natural”, as imposições no campo educacional.

Apoiados em Mészáros (2006), podemos perceber que o sistema do capital encontra soluções que não darão conta dos problemas educacionais. E mais: ele é, na sua razão de ser, “incapaz” de lançar mão de uma solução radical dos problemas que assolam a humanidade.

Com a compra e a venda de mercadoria, a relação educacional se volta mais para a obtenção de dinheiro (sendo importante para o capital a contabilidade monetária) do que para os indivíduos, para que estes possam adquirir o acúmulo de conhecimento produzido pela humanidade. Nessa relação inversa, as pessoas, repetidamente, buscam capacitação para terem um currículo exemplar e emprego digno.

Nesse movimento, a educação formal é profundamente reconfigurada em seus aspectos ideológicos, curriculares e organizacionais, passando a operar segundo a lógica da diminuição do tempo de uso da mercadoria. A expansão da Educação a Distância e, mais recentemente, a intensificação da plataformização do ensino, expressam esse processo de forma aguda, sobretudo ao submeter o trabalho docente a novos mecanismos de controle, monitoramento e precarização.

Nesse direcionamento, às políticas educacionais internacionais e nacionais, dentro da lógica da crise estrutural, colocam sobre a educação a responsabilidade por transformar o mundo e, atualmente, elegem a Educação a Distância para alcançar os objetivos de atingir o processo de democratizar e universalizar a educação, integrando-a, assim, aos novos paradigmas educacionais.

Pontuamos que, como rebaixamento da crise estrutural na educação, uma manifestação seria a educação a distância, pois é chamada para formar na obsolescência da mercadoria. Contudo, ela aparece como maneira de democratizar o ensino aos, principalmente, pobres, pois segundo Silva (2011, p. 38) nos afirma que “a educação a distância (EaD) constituiu o recurso mais efetivo da perspectiva da democratização do ensino, e que os países pobres precisam regulamentar sob pena de ficarem excluídos do chamado mundo global”.

Na sociedade produtivista, tudo passa a ser vendável. Assim, dentro da lógica de reprodução do capital, produzir mais é tarefa infundável, configurando uma mercadoria

hipermistificada posta enquanto modelo que sanaria os males da educação, e, ao mesmo tempo, cria-se um novo nicho de mercado com lucros exorbitantes.

No mercado da EaD, encontra-se a metamorfose da mercadoria, em que Marx (2013, p. 132) nos explica:

O processo de troca de mercadoria se realiza através de duas metamorfoses opostas e reciprocamente complementares – a mercadoria converte-se em dinheiro e o dinheiro reconverte-se em mercadoria. As fases dessa transformação constituem atos do dono da mercadoria: venda, troca da mercadoria por dinheiro; compra, troca do dinheiro por mercadoria, e unidade de ambas as transações, vender para comprar.

De acordo com o desenvolvimento da sociedade, podem-se criar novas necessidades originando outras mercadorias e deixando para trás as antigas. A EaD é o produto colocado para aliviar a crise do sistema capitalista, atendendo, minimamente, às exigências impostas, sendo incorporada aos sistemas educacionais de todo o mundo, sobretudo dos países pobres, atingindo a classe trabalhadora com a ilusória falácia de universalizar a educação.

Apoiado em Silva (2011), o capital coloca nesta modalidade de ensino todas as características de uma mercadoria para ser facilmente vendida em pacotes educacionais, estando incorporada os elementos de atratividade, descartabilidade e flexibilidade.

Vale destacar que nos últimos anos, a partir da pandemia de COVID-19, a educação viveu o ensino remoto. Logo, comungamos da afirmação de que:

O chamado ensino remoto emergencial não pode ser confundido com educação a distância, tampouco ser tomado como solução pedagógica consistente. Trata-se de uma resposta improvisada às condições impostas pela pandemia, que evidenciou e aprofundou desigualdades já existentes no sistema educacional brasileiro. Ao transferir abruptamente o processo educativo para plataformas digitais, sem garantir condições materiais, formativas e pedagógicas adequadas, intensificou-se a precarização do trabalho docente e o esvaziamento do processo formativo, sobretudo para os filhos da classe trabalhadora” (Saviani; Galvão, 2021, p. 42).

A análise apresentada por Saviani e Galvão permite compreender o ensino remoto emergencial não como uma resposta pedagógica neutra ou contingencial à pandemia, mas como expressão concreta das determinações históricas do modo de produção capitalista em sua fase de crise estrutural. Ao evidenciar que a migração abrupta para plataformas digitais aprofundou desigualdades e precarizou o trabalho docente, os autores revelam a subordinação do processo educativo à lógica da mercantilização e da racionalidade instrumental. Sob a ótica marxista, tal movimento expressa a transformação da educação em mercadoria, na qual o valor de troca, representado pela redução de custos, pela escalabilidade

A crise estrutural do capital e seus desdobramentos sobre a educação

e pela certificação rápida, se sobrepõe ao valor de uso do conhecimento, entendido como mediação para a formação humana integral.

Nesse sentido, o ensino remoto emergencial opera como mecanismo de administração da crise, deslocando suas contradições para o interior do trabalho docente e da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que preserva os interesses do capital educacional e tecnológico, aprofundando a alienação pedagógica e a fragmentação do processo formativo.

Além disso, partimos da ideia de que:

A pandemia da Covid-19 acelerou de forma inédita a plataformização da educação, ampliando a presença de grandes corporações tecnológicas no interior das redes públicas e privadas de ensino. Esse processo intensificou mecanismos de controle, padronização e vigilância sobre o trabalho docente, reduzindo a autonomia pedagógica e transformando o ensino em um conjunto de operações gerenciáveis por algoritmos e métricas de desempenho. Trata-se de uma reconfiguração do trabalho educativo profundamente alinhada à lógica do capitalismo de plataforma (Silva; Almeida, 2021, p. 18).

A contribuição de Silva e Almeida (2021) evidencia que a plataformização do ensino, intensificada durante a pandemia, deve ser compreendida como desdobramento do capitalismo de plataforma, expressão contemporânea do processo de subsunção real do trabalho ao capital. A ampliação dos mecanismos de controle, vigilância e padronização do trabalho docente, mediada por algoritmos e métricas de desempenho, revela a incorporação da lógica fabril ao campo educacional, convertendo o trabalho pedagógico em atividade mensurável, fragmentada e passível de gestão técnica.

À luz do marxismo, tal processo aprofunda a alienação do professor em relação ao produto de seu trabalho, uma vez que o conhecimento deixa de ser resultado de uma práxis social mediada pela relação pedagógica concreta e passa a ser apropriado, organizado e distribuído pelas plataformas privadas. Trata-se, portanto, de uma estratégia de intensificação da exploração e de recomposição da taxa de lucro em tempos de crise estrutural do capital, na qual a educação cumpre função ideológica e econômica central, contribuindo para a reprodução das relações sociais capitalistas sob novas formas tecnológicas.

Por fim, mediante o papel central desenvolvido pela educação na configuração do capital em crise estrutural, esta atividade sofre os efeitos da crise, tornando-se uma mercadoria que cumpre uma função ideológica importante como mecanismo para administrá-

la. Nesse contexto, a escola precisa formar um novo tipo de trabalhador que possa compreender as exigências do mundo do trabalho, ainda que em suas dimensões aparentes.

Considerações finais

Consideramos que a crise estrutural do capital ainda agrava os problemas sociais, aprofunda o desemprego em massa, a destruição do planeta e naturaliza a barbárie humana, além disso, legitima a produção da mercadoria para a destruição do planeta e da humanidade.

Historicamente, o capitalismo passou por fases em que foi possível o desenvolvimento das forças produtivas, logo, possibilitou a diminuição do tempo útil da mercadoria e, como consequência, exacerbou-se a produção de descartáveis.

Nesta mesma lógica mercantil, de produzir para vender e consumir, a educação se torna mercadoria, através da tecnologia que possibilitou a educação à distância, o qual denominamos de EaD no Brasil.

Diferentemente da aula presencial, na qual o professor compartilha o mesmo espaço-tempo com os estudantes, possibilitando não apenas a exposição do conteúdo, mas também o diálogo, a problematização e o aprofundamento coletivo de temas que emergem das necessidades do grupo naquele momento, na educação a distância essa dinâmica se altera substantivamente. Na EaD, a presença direta do professor deixa de ser central ou mesmo necessária, uma vez que o processo de mediação pedagógica passa a ser exercido, em grande medida, pelo tutor. Assim, o professor tende a ser reduzido à condição de mediador de conteúdos previamente elaborados e armazenados em amplas redes de Tecnologias da Informação e Comunicação, majoritariamente controladas por grandes corporações do mercado educacional.

Essa reconfiguração do trabalho pedagógico não pode ser compreendida como um simples avanço técnico ou metodológico, mas como expressão concreta da lógica da crise estrutural do capital aplicada ao campo educacional. A EaD, ao operar com conteúdos previamente padronizados, plataformas digitais privadas e processos formativos altamente racionalizados, materializa a subordinação da educação aos imperativos da eficiência, da redução de custos e da ampliação da escala, características centrais da gestão da crise capitalista contemporânea.

Nesse contexto pandêmico e pós-pandêmico, a EaD e o ensino remoto passaram a operar como soluções aparentemente inevitáveis (caminho sem volta), justificadas pelo discurso da democratização do acesso, da flexibilidade e da inovação tecnológica. Contudo,

A crise estrutural do capital e seus desdobramentos sobre a educação

como demonstram estudos recentes, esse movimento resultou na intensificação da precarização do trabalho docente, na ampliação do controle e da vigilância sobre a atividade pedagógica e no esvaziamento do conteúdo formativo, especialmente para a classe trabalhadora. O professor passa a atuar sob múltiplas formas de sobrecarga laboral, isolamento profissional e perda de autonomia pedagógica, reforçando sua subordinação ao capital educacional plataformizado.

Dessa forma, a expansão da EaD no contexto da pandemia deve ser compreendida como parte integrante da estratégia do capital em crise, que transforma a educação em mercadoria escalável, flexível e descartável. Em linhas gerais, concluímos que a crise estrutural do capital, articulada às crises humanitárias recentes, bem como a pandemia da Covid-19 e os conflitos armados associados aos complexos industriais-militares, impulsionou o crescimento do mercado da educação a distância em configurações ainda mais precarizadas, seja pela negação do acesso efetivo aos conteúdos historicamente produzidos pela humanidade, seja pela desvalorização do professor como agente central na produção e transmissão do conhecimento científico e sistematizado.

Referências

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BERTOLDO, Marcia Elisa Lopes. **Trabalho e educação no Brasil**: da centralidade do trabalho da centralidade da política. 2. ed. – São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 31. ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013.

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. **O Banco Mundial e suas implicações na política de financiamento da educação básica no Brasil**: o Fundef no centro do debate. 2005. p 243 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2005.

MÉSZÁROS, István. A Crise Estrutural do Capital. **Revista Outubro**, n. 4, p. 7-15, 1998. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/meszaros/1998/02/40.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011. Disponível em, <https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/para-alem-do-capital.pdf?1350933922>. Acesso em: 10 set. 2024.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Ed. Cortez, 2012.

PANIAGO, Maria Cristina. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. São Paulo: Ed. Instituto Lukács, 2012.

PANIAGO, Maria Cristina. **Neoliberalismo e os antecedentes históricos da “crise” do Estado**. São Luís, 2008. Disponível em: ftp://ftp.unilins.edu.br/leonides/Aulas/Form%20Socio%20Historica%20do%20Br%202/Neoliberalismo_Estado.PDF. Acesso em: 10 dez. 2024.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino remoto”. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 67, p. 36–49, 2021.

SILVA, Marco; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Educação online, plataformação e pandemia: limites e contradições. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e254941, 2021.

SILVA, Solonildo Almeida da. **Educação à Distância e Universidade Aberta do Brasil**: quando a mercantilização do ensino e a precarização da docência alcançam um novo ápice? 2011. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2011.

Notas

ⁱ O artigo é oriundo de dissertação de mestrado.

ⁱⁱ Modo de Produção Capitalista – MPC.

ⁱⁱⁱ Mészáros caracteriza em três dimensões as fraturas do sistema sendo elas 1 – produção e seu controle; 2 – produção e consumo; 3 – produção e circulação de produtos (1998, p. 11).

^{iv} A relação da equação é taxa de lucro= capital variável/capital constante. Se aumentar o denominador, terá que aumentar na mesma proporção ou mais o numerador, ou seja, o capital variável–força de trabalho para que a taxa de lucro não caia (Mendes Segundo, 2005, p. 137).

Sobre os autores

Antonio José Albuquerque de Araújo Filho

Mestre em Educação. Professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE) - Campus Tianguá. Fortaleza, Ceará, Brasil.

E-mail: antonio.albuquerque@ifce.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1212-0520>

Maria das Dores Mendes Segundo

Doutora em Educação. Professora titular da Universidade Federal do Ceará (UECE). Fortaleza, Ceará, Brasil.

E-mail: dasdamendes@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2105-3761>

Josefa Jackline Rabelo

Doutora em Educação. Professora titular da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, Ceará, Brasil.

E-mail: jacklinerabelo@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4933-631X>

Recebido em: 09/05/2025

Aceito para publicação em: 13/01/2026